



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
COMARCA DE ALMEIRIM – VARA ÚNICA - PERÍODO 17/01/2014 A 22/01/2014

Comarca: ALMEIRIM
Magistrado :
Titular: Márcio Teixeira Bittencourt (em licença)
Respondendo: Marcelo Góes de Vasconcelos
Diretor de Secretaria: Lucas Freitas de Aguiar
Competência: Cível e Criminal
Período: 17 a 22 de janeiro de 2014

INFORMAÇÕES INICIAIS

1. Localização do Fórum: Rodovia Almeirim – Panaicá, nº 668, Bairro Centro, Cidade de Almeirim – Estado do Pará.

2. Situação jurídica do imóvel onde está instalado o Fórum: Referente ao imóvel onde está situado o prédio do Fórum da Comarca de Almeirim foram solicitadas informações ao Cartório Extrajudicial, através do Of. 75/2013-GAB, datado de 20/05/2013, a respeito da existência de matrícula do mencionado imóvel, localizado na Rod. Almeirim Panaicá, nº 668-Centro- Almeirim- PA. Entretanto, foi informado ao Magistrado, através do Of. 96/2013-C. A., que não foi encontrado registro de imóveis da área retro mencionada, constando de Certidão dados do registro de imóvel de uma área de propriedade do Ministério Público, localizada na Rod. Almeirim Panaicá, limitando-se pela direita com terreno pertencente à Rua Projetada "C" (Papoula), pela esquerda com terreno pertencente à Projetada "D" (Eucalípito) e pelos fundos com terreno pertencente ao Patrimônio Municipal, medindo 30 metros de fundos e 30 metros de frente por 25 metros pelas laterais direita e esquerda, transmitida a propriedade pela Prefeitura Municipal de Almeirim à Promotoria de Justiça de Almeirim na data de 05/10/1994, através de Escritura Pública de doação. Ressaltando, por fim, já estar em trâmite junto ao Poder Executivo Municipal e Câmara de Vereadores a doação do terreno de 2000 m² (dois mil metros quadrado) situado na Rod. Almeirim Panaicá, ao lado do referido terreno do Ministério Público.

3. Disponibilidade de salas e sua utilização: O prédio onde está situado o Fórum possui ao todo 10 salas, das quais:

Salas cedidas para outros órgãos:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

-01 sala utilizada pela Defensoria Pública do Estado do Pará.

-01 sala utilizada pelo Ministério Público do Estado do Pará.

Salas utilizadas pelo Tribunal de Justiça:

-01 sala onde funciona o Protocolo e a Distribuição de Processos, mesa para os Oficiais de Justiça e Direção de Secretaria. Ao todo possui 03 computadores.

-01 sala onde tramitam os processos de Execução Fiscal, Precatórios e Cartas Precatórias, com 02 computadores disponíveis.

-01 sala onde funciona o gabinete do magistrado e sala de audiências (a comarca não possui gabinete separado)

-01 sala onde funciona a assessoria do gabinete com 03 computadores.

-01 sala onde funciona o Cartório Cível, com 03 computadores disponíveis.

-01 sala onde funciona o Cartório Criminal, com 03 computadores disponíveis.

-01 sala onde funciona o Setor de Arquivo.

-01 sala que deveria ser destinada à função de carceragem, porém funciona o depósito de armas, pois a comarca não possui outra sala para tal função.

4. Condições estruturais: O prédio onde funciona o Fórum da Comarca de Almeirim (conforme fotos em anexo) possui algumas irregularidades o que prejudica a prestação jurisdicional. O magistrado não possui gabinete separado da sala de audiência, e esta se encontra com o forro defeituoso apresentando "goteiras" sobre a mesa do magistrado em períodos de chuva. As instalações hidráulicas são antigas e precárias, sendo que os banheiros que deveriam estar disponíveis para uso do jurisdicionado encontram-se quebrados e interditados. A segurança (com relação às portas e janelas) também é precária e o Fórum não dispõe de Projeto de Combate a Incêndio, sequer de extintores, tendo sofrido incêndio ocorrido por uma revolta da população em março de 2012. As paredes possuem infiltrações e rachaduras. O Fórum não possui depósito adequado para os bens apreendidos, os mesmos são acumulados na garagem, causando infestações de ratos que acabam por invadir o Fórum no horário noturno, principalmente a sala onde funciona o protocolo de processos, a qual amanhece todos os dias com fezes dos ratos.

5. Limpeza e higiene do local:

A limpeza do local é feita por duas funcionárias cedidas da Prefeitura, a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

higiene encontra-se prejudicada devido à falta de infraestrutura descrita acima e pela infestação de pragas e roedores.

6. Condições do mobiliário: As mesas que dão suporte aos computadores encontram-se em bom estado. Os balcões de atendimento ao Público encontram-se em bom estado, porém são antiquados. A maioria das cadeiras para uso dos servidores possuem defeitos, e o Fórum não possui bancos suficientes para uso da população. Os processos do Gabinete e dos Cartórios Cível e Criminal são colocados em armários improvisados de madeira.

7. Existência de residência oficial do juiz na Comarca:
Não há residência oficial para o magistrado na Comarca.

8. OBSERVAÇÕES:

DOS MAGISTRADOS

9. Magistrado atual:

Respondendo: Marcelo Góes de Vasconcelos

Titular: Márcio Teixeira Bittencourt (Licença)

10. Períodos de ausência do juiz:

O Juiz Titular encontra-se ausente desde 19 de Agosto de 2013, em razão de licença para cursar mestrado. O juiz substituto que responde pela comarca desde a ausência do titular, e por acumular serviço em outras varas, não permanece na comarca em período integral.

11. Designação de magistrado auxiliar para a unidade judiciária:
Não há.

12. Cumula funções com outra atividade judiciária: Sim, o juiz substituto também auxilia/responde em outras varas.

13. Acervo de autos em tramitação: () pequeno () médio (X) grande

14. Fluxo processual: () pequeno () médio (X) grande

15. Participação em mutirões e outras iniciativas:

O Juiz Titular realiza o Projeto Ribeirinho Cidadão, de sua iniciativa, projeto este realizado em várias etapas durante o ano, com o objetivo de garantir às populações carentes ribeirinhas o acesso à Justiça. O projeto tem recebido uma boa repercussão, sendo a Etapa nas comunidades do Rio Parú coberta pela mídia, TV Nazaré e TV Justiça, sendo também noticiado no site do Conselho Nacional de Justiça.

16. Inovações procedimentais e tecnológicas para o incremento da prestação jurisdicional.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

A Unidade Jurisdicional não emprega aparatos tecnológicos à prestação jurisdicional, além da utilização de computadores e sistemas de informática do TJE/PA. Para um melhor trabalho, apesar de tratar-se de Vara Única, a Secretaria foi dividida em setores: Cartório Cível, Cartório Criminal, Setor de Cartas Precatórias, Precatórios e Execução Fiscal.

17. Últimos cinco magistrados com atuação na Vara:

	Nome	Entrada	Saída
1	Dr. Márcio Teixeira Bittencourt (Titular)	25/01/2012	Atual Titular
2	Dr. Marcelo Góes de Vasconcelos	19/08/2013	Atualmente
3	Dr. André Luiz Filo-Creão	09/11/2013	24/11/2013
4	Dr. Rômulo Nogueira Brito	01/07/2013	05/07/2013
5	Dra. Fernanda de Azevedo Lucena	07/01/2013	05/02/2013

APOIO À JURISDIÇÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

18. Presença do Ministério Público na Comarca:

Sim, Promotora de Justiça Titular de Almeirim, Dra. Aline Janusa Teles Martins.

19. Presença da Defensoria Pública na Comarca:

Sim, com informação que atende somente na última semana de cada mês.

OBSERVAÇÕES:

A Defensoria Pública costuma atender somente na última semana de cada mês, sendo insuficiente para a demanda da população.

RECURSOS HUMANOS

20. Servidores do TJPA com atuação na Vara

Lucas Freitas de Aguiar	Diretor de Secretaria (Auxiliar Judiciário)
Reginaldo Chaar Júnior	Analista Judiciário
Rafael Bentes Pinto	Analista Judiciário (Monte Dourado)
Renata Maria dos Santos Shiozawa	Analista Judiciária
Marla Isabela de Oliveira Miranda	Analista Judiciária (Monte Dourado)
Gledson de Souza Menezes	Auxiliar Judiciário
Otton Willian Castro Silva	Oficial de Justiça
Rinaldo Monteiro Freire	Oficial de Justiça
Klinger Gonçalves Góes	Cargo em comissão – Chefe da UNAJ
Daiane Pimentel Lira	Estagiária do TJE Pará



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Doralice da Silva Santos	Estagiária do TJE Pará
21. Servidores cedidos de outros órgãos (Prefeitura)	
Alday Gomes Martins	Auxiliar Judiciário
Diene Maria Paiva de Souza	Auxiliar Judiciária
Everalson Bernardinho Feitosa	Auxiliar Judiciário
Erivan Luciano da Silva Figueredo	Auxiliar Judiciário
Fredison Viana dos Santos	Oficial de Justiça
José Pereira de Carvalho Filho	Auxiliar Judiciário
Josane Anjos de Sousa	Auxiliar Judiciária
Karen de Jesus Gonçalves Goes M.	Auxiliar Judiciária
Suelene Magalhães Martins	Auxiliar Judiciária
Maria Aparecida da Silva Santos	Auxiliar Operacional
Maria do Socorro Santos Ferreira	Auxiliar Operacional
22. OBSERVAÇÕES:	

APÓIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL	
VEÍCULOS	
23. Veículos:	
01 veículo modelo FIAT – Palio, de placa JVV-1257	
01 motocicleta, modelo HONDA/CG125, de placa NSF-6808	
INFORMÁTICA	
24. Acesso à Internet:	
Sim, no segundo semestre de 2013 foi instalado uma nova antena de recepção de internet, o que melhorou o sinal, porém apresenta instabilidades em alguns dias do mês, principalmente nos períodos chuvosos.	
25. Pontos de rede: 13 PONTOS DE REDE	
26. Sistema de gestão de processos: LIBRA	
27. Serviço de comunicação eletrônica (e-mail):	
1almeirim@tjpa.jus.br; tjepa004@tjpa.jus.br; unaj004@tjpa.jus.br	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

28. OBSERVAÇÕES:

Apesar da troca da antena que oferece o serviço de internet, ainda há lentidão no acesso do Sistema LIBRA, principalmente quando é feito o protocolo e distribuição de processos.

29. Número de processos em tramitação no SAP XXI/ LIBRA:		30. Número de processos segundo a contagem física:	
Cível : 2276		Cível: 2155	
Penal: 2417		Infância e Juventude: 177	
Não ativados: 296		Penal: 1438	
Total: 4693		Total: 3770	
31. Os autos processuais são cadastrados no sistema?		32. Os atos judiciais são cadastrados no sistema?	
Sim.		Sim.	
33. Discriminação do acervo:		Quantidade	
Natureza	SAPXXI / LIBRA	Contagem Física	
Cíveis (excluídos os da Meta 2)	1556	1582	
Cíveis – Meta 2/2009	538	491	
Cíveis – Meta 2/2010	720	82	
Execução Fiscal	728	949	
Ação Civil Pública (excluídas as de Improbidade Administrativa)	06	07	
Ação Civil Pública (Improbidade Administrativa)	10	10	
Ação Popular	0	0	
Cartas Precatórias	224	97	
Reclamação Cível (Lei nº 9.099/95)	05	05	
Infância e Juventude – ato infracional	18	87	
Guarda de menor	32	30	
Adoção	05	05	
Tutela	15	17	
Estado de risco	0	0	
Penais – réu preso	27	27	
Penais – réu solto	2390	1440	
Penais – Meta 2/2009	92	56	
Penais – Meta 2/2010	168	62	
Júri	80	91	
Habeas Corpus	06	01	
Inquérito Policial – indiciado preso	0	0	
Inquérito policial – indiciado solto	15	17	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs)	448	427
Violência Doméstica	73	123

OBS: Do total de 3770 processos, 1.338 serão redistribuídos à Vara Distrital de Monte Dourado, quando esta for instalada.

34. A unidade judiciária tem cumprido o Manual de Rotinas – Processo Civil e Penal – Vol. 1 e Manual de Rotinas das Varas Criminais e de Execução Penal, disponível na página da CJCI, na internet ?

O Diretor de Secretaria anterior (relotado em Dezembro de 2013), fazia estudo dos manuais e, com base neles, elaborou um plano de gestão para o ano de 2013, baseado nos manuais de rotinas e demais provimentos do Tribunal, o qual foi repassado para cada setor.

35. A unidade judiciária vem cumprindo a Meta 1 do CNJ

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2013	1608	1063
2012	1383	631
2011	1273	139

36. A unidade judiciária possui pendências em relação a pedidos de liminares ou antecipação de tutela?

Sim.

37. A unidade judiciária observa as prioridades legais (crianças, adolescentes, idosos, PNEs), inclusive com a identificação dos feitos através de etiquetas indicativas?

Sim. As prioridades legais são observadas através de identificação dos autos com tarjas coloridas.

38. A unidade judiciária tem cumprido as Metas 3 e 4/2011, do CNJ? (identificar a julgar em 2011 as ações penais relativas a delitos do júri distribuídas até 31/12/2007 e ultrapassar a fase de pronúncia nos feitos do júri distribuídos até 31/12/2008).

META 3

Foram encontrados 25 (vinte e cinco) autos de processos criminais relacionados como Meta 3, consoante relação em anexo.

Nº DO PROCESSO/ AÇÃO/DISTRIBUIÇÃO	TRAMITAÇÃO	OBSERVAÇÃO
0000018-04.2007.8.14.0004 – Homicídio qualif. - 15/01/2007	Gabinete.	Aguardando pronúncia.
0000001-61.1990.8.14.0004 – Homicídio qualif. - 12/01/1990	Gabinete.	Aguardando pronúncia.
0000051-04.2001.8.14.0004 Tentativa de Homicídio-09/05/2001	Secretaria (Interno: Ato ordinatório).	Aguardando data para redesignação de Audiência de Instrução.
0000270-41.2006.8.14.0004	Secretaria	Aguardando data para Redesignação de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Tentativa de Homicídio-26/06/2006	(Interno: Ato Ordinatório)	Audiência de Instrução.
0000322-37.2006.8.14.0004 Homicídio Simples-20/07/2006	Secretaria (Interno: Ato Ordinatório).	Aguardando data para Redesignação de Audiência de Instrução.
0000014-84.1995.8.14.0004 Homicídio Simples-17/03/1995	Secretaria (Interno: Aguardando Retorno).	Aguardando Retorno de Carta Precatória de Intimação do Advogado para manifestação.
0000133-64.2003.8.14.0004 Homicídio Simples-29/07/2003	Secretaria (Interno: Ato Retorno).	Aguardando Retorno de Carta Precatória de Citação do réu.
0000001-90.1992.8.14.0004 – Homicídio qualif. – 28/01/1992	Gabinete.	Aguardando julgamento.
0000017-53.2006.8.14.0004 – Homicídio qualif. – 13/01/2006	Gabinete.	Aguardando julgamento.
0000004-74.1994.8.14.0004 Homicídio-11/02/1994	Secretaria (Interno: Cumprimento de Diligência).	Aguardando Prisão do réu.
0000012-31.2006.8.14.0004 Homicídio Simples-12/01/2006	Secretaria (Interno: audiência p/ abril 2014).	Em Secretaria aguardando realização de Audiência Designada para o dia 30.04.2014.
0000032-71.1996.8.14.0004 Homicídio Simples-26/09/1996	Secretaria (Interno: audiência p/ abril 2014).	Em Secretaria aguardando realização de Audiência Designada para o dia 29.04.2014.
0000018-24.1995.8.14.0004 Homicídio Simples-18/04/1995	Secretaria (Interno: audiência p/ abril 2014).	Em Secretaria aguardando diligência, expedição de Mandados e outros p/ realização de Audiência Designada para o dia 29.04.2014.
0000024-94.1996.8.14.0004 Homicídio Qualificado-17/07/1996	Secretaria (Interno: audiência p/ abril 2014).	Em Secretaria aguardando diligência, expedição de Mandados e outros p/ realização de Audiência Designada para o dia 09.04.2014.
0000789-79.2007.8.14.0004 Homicídio Qualificado-13/09/2007	Secretaria (Interno: audiência p/ abril 2014).	Em Secretaria aguardando diligência, expedição de Mandados e outros p/ realização de Audiência Designada para o dia 08.04.2014.
0000720-81.2006.8.14.0004 tentativa de Homicídio-06/12/2006	Secretaria (Interno: Ato Ordinatório).	Aguardando data para Redesignação de Audiência
0000693-30.2008.8.14.0004 tentativa de Homicídio -06/08/2008	Secretaria (Interno: Ato Ordinatório).	Aguardando data para Redesignação de Audiência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

0000075-56.2006.8.14.0004 tentativa de Homicídio-09/02/2006	Secretaria (Interno: Ato Ordinatório)	Aguardando data para Redesignação de Audiência.
0000344-61.2007.8.14.0004 tentativa de Homicídio-03/05/2007	Secretaria (Interno: Aguardando retorno de Mandado).	Aguardando cumprimento de Mandado p/ citação do Réu.
0000346.31.2007.814.0004 Homicídio simples-03/05/2007	Secretaria (Interno: Aguardando retorno de Mandado).	Aguardando cumprimento de Mandado p/ citação do Réu.
0000033.80.2001.814.0004 Tentativa de Homicídio- 05/04/2001	Secretaria (Interno: Aguardando retorno de Mandado).	Aguardando prisão preventiva.
0000651-15.2007.8.14.0004 – Homicídio qualif. – 03/08/2007	Gabinete.	Consta pronúncia e aguardando recebimento do recurso da defesa
0000018-04.2007.8.14.0004 – Homicídio qualif. – 15/01/2007	Gabinete.	Aguardando audiência de instrução
0000404-73.2003.8.14.0004 – Tentativa de homicídio – 30/06/2003	Gabinete.	Consta despacho. Enviar p/ secretaria
0000373.48.2006.814.0004 Homicídio-01/08/2006	Secretaria (Interno: aguardando cumprimento de diligências).	Audiência marcada para o dia 12/03/2014 às 9:00hrs.
Meta 4		
Foram encontrados 05 (cinco) autos de processos criminais relacionados como Meta 4, consoante relação em anexo.		
0000971-31.2008.8.14.0004 - Homicídio tentado – 14/10/2008	Gabinete.	Aguardando julgamento.
0000555-63.2008.8.14.0004 – Homicídio qualif. - 20/06/2008	Gabinete.	Aguardando julgamento.
0000543-49.2008.8.14.0004 – Homicídio qualif. – 19/06/2008	Gabinete.	Aguardando julgamento.
0000242-05.2008.8.14.0004, Tentativa de Homicídio-19/03/2008	Secretaria (Interno: Aguardando resp. de Ofício).	Em Secretaria aguardando resposta de Ofício da DEPOL, apresentação de laudo de Corpo de Delito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

0000027-97.2008.8.14.0004 Qualificado-20/01/2006	Secretaria (Interno: audiência p/ maio 2014).	Em Secretaria aguardando diligência, expedição de Mandados e outros p/ realização de Audiência Designada para o dia 19.05.2014.
39. Quantidade de julgamentos realizados pelo Tribunal do Júri nos últimos 24 meses: Nos últimos 24 meses foram feitos somente dois julgamentos realizados por Tribunal do Júri.		
40. Verificar as pendências na apreciação de comunicações de prisão em flagrante. Não há pendências com relação à comunicação de prisões em flagrante.		
41. Verificar as pendências em relação a pedidos de decretação ou de revogação de medidas cautelares. Há pendências.		
42. Verificar pendências em relação a pedido de benefício em favor de réu preso. Não há pendências com relação a pedidos de benefício em favor de réu preso.		
43. Caso não haja competência para a execução penal, qual o estabelecimento penitenciário vinculado à unidade judiciária? A depender da disponibilidade de vagas, os presos são encaminhados para estabelecimentos prisionais de Santarém ou para estabelecimentos de Belém e Região Metropolitana.		
44. Verificar se há processo de execução de pena restritiva de liberdade no regime aberto, combinado com o benefício do regime domiciliar Não há processos de execução de pena em regime aberto.		
45. Quantidade de menor infrator internado (medida definitiva): Existe (em anexo).		
46. Quantidade de menor infrator internado provisoriamente com prazo de 45 (quarenta e cinco) dias extrapolados. Sim, dois menores infratores internados provisoriamente.		
47. Quantidade de menor infrator cumprindo outro tipo de medida sócio-educativa: Há 01 (um) menor infrator cumprindo outro tipo de medida sócio-educativa.		
48. As medidas socioeducativas são executadas e fiscalizadas pela própria Unidade Judiciária correicionada? Tais medidas são executadas e fiscalizadas por outro órgão.		



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

49. Os processos de réus presos estão com tramitação regular? Sim.
50. Análise por amostragem dos processos existentes na unidade, nas classes abaixo. (processos das classes abaixo, para análise durante a Correição), consoante relação em anexo.
51 - METAS DO CNJ
META 3 e 4 DO CNJ – CRIMINAIS – JÚRI <u>30 processos</u> Meta 3 – 25 Meta 4 – 5
META 2/2009 DO CNJ – CÍVEIS 06 processos
META 2/2010 DO CNJ – CÍVEIS 06 processos
META 2/2009 DO CNJ – CRIMINAIS 10 processos
META 2/2010 DO CNJ – CRIMINAIS 02 processos
META 04/2014 DO CNJ (Identificar e Julgar, até 31.12.2014, as Ações de Improbidade Administrativa e as Ações Penais relacionadas à Crimes Contra a Administração Pública, distribuídas até 31.12.2012). 08 processos
INFÂNCIA E JUVENTUDE 10 processos

52. Alimentação dos sistemas de informação relacionados no endereço eletrônico http://www.tjpa.jus.br/corregedoria/interior/sistemas.html.		
Discriminação	Sim	Não
Sistema de Informações da Corregedoria	X	
Sistema Nacional de Bens Apreendidos	X	
Bacenjud	X	
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de		X



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Improbidade Administrativa		
Infojud		
Sistema Nacional de Controle de Interceptações	X	
Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais	X	
Infoseg	X	
Cadastro de Adolescente em Conflito com a Lei – CNAACL		X
Cadastro Nacional de Adoção – CNA		X
Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas – CNAACA		X
Inspeção – Estabelecimento de Aplicação de medida socioeducativa		X

53. Adequação do cumprimento de CARTAS PRECATÓRIAS recebidas de outro juízo.

53-A. Cartas Precatórias cíveis em tramitação:	53-B. Cartas Precatórias criminais em tramitação:	53-C. Cartas Precatórias – Infância e Juventude:
68	28	01

54. Adequação da fiscalização do cumprimento de cartas precatórias expedidas a outro juízo:

54-A. Verificar se a secretaria exerce algum tipo de controle. A secretaria realiza o controle de cartas expedidas inclusive através de numeração das cartas expedidas no ano.	54-B. Verificar se a secretaria costuma reiterar os pedidos de devolução. A Secretaria costuma reiterar os pedidos de devolução.
--	--

55. INQUÉRITOS POLICIAIS

55-A. Inquéritos pendentes de encaminhamento ao Ministério Público:

Inquérito	Capitulação penal	Data da remessa
Não há inquéritos pendentes de encaminhamento ao MP.		

55-B. Inquéritos remetidos à DEPOL para cumprimento de diligências:

Inquérito	Capitulação penal	Data da remessa
0000873-12.2009.8.14.0004	Não informado.	12/07/2012
0000444-84.2005.8.14.0004	Não informado.	03/09/2012
0000743-56.2008.8.14.0004	Não informado.	03/09/2012
0000453-07.2009.8.14.0004	Art. 171 do CP.	03/09/2012



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

0000256-18.2010.8.14.0004	Art. 122 do CP.	03/09/2012
0000637-55.2012.8.14.0004	Art. 180 do CP.	03/09/2012
0000797-51.2010.8.14.0004	Art. 121, c/c art. 14, ambos do CP.	11/09/2012
0001024-41.2010.8.14.0004	Art. 171 do CP.	08/10/2012
0000109-55.2011.8.14.0004	Art. 121, c/c art. 14, ambos do CP.	09/10/2012
0000108-70.2011.8.14.0004	Art. 121 do CP.	09/10/2012
0000715-20.2010.8.14.0004	Art. 155 do CP.	09/10/2012
0001042-62.2010.8.14.0004	Art. 155 do CP.	09/10/2012
0000103-48.2011.8.14.0004	Art. 121, c/c art. 14, ambos do CP.	09/10/2012
0000710-95.2010.8.14.0004	Não informado.	11/03/2013
0000324-94.2012.8.14.0004	Não informado.	21/03/2013
0000630-97.2011.8.14.0004	Não informado.	21/03/2013
0000418-57.2003.8.14.0004	Não informado.	21/03/2013
0001265-15.2010.8.14.0004	Não informado.	21/03/2013
0000795-81.2010.8.14.0004	Art. 155 do CP.	10/04/2013
0000820-60.2011.8.14.0004	Não informado.	16/05/2013
0000934-96.2011.8.14.0004	Art. 180 do CP.	11/07/2013
0000321-76.2011.8.14.0004	Não informado.	25/07/2013
0000892-18.2009.8.14.0004	Art. 217-A do CP.	14/08/2013
0000796-66.2010.8.14.0004	Art. 297 do CP.	14/08/2013
0000664-38.2012.8.14.0004	Não informado.	11/11/2013
0000319-09.2011.8.14.0004	Não informado.	11/11/2013
0000948-46.2012.8.14.0004	Não informado.	14/01/2014
0000625-41.2012.8.14.0004	Art. 157 do CP.	14/01/2014
0000105-57.2007.8.14.0004	Art. 213 do CP.	14/01/2014
CONFORME RELATÓRIO ANEXO		
55-C. Inquéritos remetidos ao Ministério Público:		
Inquérito	Capitulação penal	Data da remessa
Não há inquéritos remetidos ao MP.		

56. PETIÇÕES.			
56-A. Petições iniciais:			
Pendentes de registro e autuação:	Pendentes de Conclusão:	Pendentes de despacho:	
Cíveis: 0	Cíveis: 05	Cíveis: 0	
Penais: 0	Penais: 133	Penais:	
56-B. Petições interlocutórias			
Não juntadas:	Não remetidas à	Não despachadas:	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

39	conclusão:	41
57. Pendências da serventia.		
57-A. Autos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial (mais de 100 dias)		
121		
57-B. Autos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial (menos de 100 dias)		
177		
57-C. Autos aguardando conclusão ("pré-conclusão")		
Não há.		
58. Mandados com carga em aberto para Oficial de Justiça		
Nome do Oficial	Quantidade	Data mais antiga
Otton Willian Castro Silva	11	07/08/2013
Rinaldo Monteiro Freire	10	09/10/2013
Fredison Viana dos Santos	05	25/01/2013
59. Processos conclusos		
59-A. Há mais de 100 dias: Cível: 153 Infância e Juventude: 10 Penal: 47	59-B. Há menos de 100 dias: Cível: 419 Infância e Juventude: 37 Penal: 378	
60. Processos retirados com carga		
60-A. Ministério Público 236 Carga mais antiga 26/11/2012	60-B. Defensoria Pública Não há. Carga mais antiga Não há.	60-C. Advogados 18 Carga mais antiga 04/10/2013
61. Relacionar os bens apreendidos, se houver, fazendo constar o número dos respectivos processos.		
Relação em anexo		
66. DA VISITAÇÃO CARCERÁRIA		
DELEGACIA DE ALMEIRIM		
Delegado: ARTHUR DO ROSÁRIO BRAGA Escrivão: JOÃO SOUZA SILVA Investigadores: MAX TENT LINS e CARLOS EDUARDO RODRIGUES MATOS.		
A parte administrativa da delegacia apresenta regular estado de conservação,		



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

com computadores e acesso à internet. Possui sala do Delegado, do Escrivão, do Investigador e uma separada para operações de inteligência.

A área carcerária está em péssimo estado de conservação, contando com oito (08) presos provisórios custodiados, sendo 01 (uma) mulher.

As duas celas destinadas aos homens encontram-se com os banheiros impróprios para uso, não há local apropriado para dormir e a iluminação elétrica apresenta fiação exposta.

Na cela menor, destinada à presa, não há banheiro, iluminação elétrica e nem local apropriado para dormir, inclusive, a mesma encontrava-se, no momento da visita, dormindo no chão.

Nenhum preso tem acesso ao banho de sol diário, porque o espaço foi reservado para guardar motos e outros bens apreendidos.

O muro atrás da Delegacia encontra-se derrubado com acesso direto à rua, facilitando a entrada de pessoas estranhas que usam a área para ingerir bebidas alcoólicas, inclusive, houve uma tentativa de furto de uma embarcação tipo voadeira apreendida.

DELEGACIA DE MONTE DOURADO

Delegado: THOMAZ LESBAUPIN
Escrivão: CRISTOVAM GOMES
Investigador: EMERSON BORGES

A parte administrativa da delegacia se apresenta em péssimo estado de conservação, com diversas salas ocupadas por bens apreendidos, principalmente motocicletas.

A área carcerária conta com 04 (quatro) celas e também está em péssimo estado de conservação. No dia da visita havia quatro (04) presos provisórios custodiados.

As celas se encontram com os banheiros impróprios para uso, não há local apropriado para dormir e a iluminação elétrica apresenta fiação exposta, e infiltrações em todas as celas.

Nenhum preso tem acesso ao banho de sol diário. A delegacia não tem muros e é cercada de mato.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

67. DAS RECLAMAÇÕES APRESENTADAS

Não houve

67. SERVENTIA EXTRAJUDICIAL

Relatório em anexo.

67. OBSERVAÇÕES FINAIS

O grande movimento econômico na Comarca não advém da sede do município, mas sim do Distrito de MONTE DOURADO, onde se localiza o PROJETO JARI, com dezenas de empresas e vários bancos, sendo que dista da sede 120 Km de estrada de chão. Inclusive a Justiça do Trabalho transferiu a sua Vara da sede do município para tal Distrito. Para se ter uma ideia, na cidade de LARANJAL DO JARI, que fica no Estado do Amapá, do outro lado do rio Jari, em frente à Monte Dourado, que é uma cidade dormitório do projeto, a Justiça Comum do Amapá têm lá instaladas 04 (quatro) Varas, acontecendo das pessoas residentes em Monte Dourado, quando possível, procuram resolver todas as suas questões na Comarca de Laranjal do Jari, o que é uma anomalia e traz prejuízos ao Estado do Pará, já que o foro de eleição em todos os contratos e a praça de pagamento dos títulos é sempre aquela Comarca, sem se falar na dificuldade de processamento criminal daqueles que praticam crimes no Distrito de Monte Dourado ante a ausência do Judiciário de nosso Estado no local. Ante tal situação, foi criada pela Lei Estadual nº 7.742, de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

25/10/2013, a Vara Distrital de Monte Dourado, cuja instalação deverá ocorrer em breve, inclusive o prédio do Fórum já está pronto, foram enviados o mobiliado, os equipamentos de informática e lotados 02 analistas na unidade. Contudo, na lei de criação da Vara Distrital, não constou a elevação da Comarca para segunda entrância.

Outro problema encontrado na Comarca foi que no ano de 1985, quando ainda não estava instalada a Comarca, que ocorreu no ano de 1989, tendo o cartório extrajudicial apenas competência para Registro Civil, houve um incêndio em que todos os livros lá existentes foram queimados, sendo 39 de registro de nascimento e 16 livros de casamento, sendo que quando as pessoas procuram o cartório para a segunda via têm que entrar com o procedimento judicial de restauração de registro, em livro aberto de reconstituição de registro na serventia judicial, o que ocasiona a entrada de centenas de ações para autorização judicial, mesmo quando o interessado tem documentação em mãos comprovando o registro, tendo o oficial atual do cartório expedido certidão comprovando a circunstância.

Não foi possível verificar o cumprimento da Meta de Nivelamento das Corregedorias 6/2014, do percentual de presos provisórios ficar abaixo de 40%, haja vista que a Execução Penal é feita pelo CR de Altarmira, CR de Santarém e/ou Sistema Penitenciário de Americano.

Em visita às instalações da Vara Distrital de Monte Dourado constatamos que o prédio é inadequado para o bom funcionamento da referida Vara.

O prédio compõe-se de dois pavimentos, um térreo e um superior. O acesso ao pavimento superior se faz por uma escada de dois lances, estreita e íngreme, o que dificultará o acesso dos jurisdicionados à sala de audiências que esta instalada no pavimento superior, principalmente as pessoas idosas e/ou com dificuldade de locomoção. Os ambientes são pequenos para comportar uma estrutura adequada ao funcionamento de uma Vara.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

É o relatório, juntamente com os documentos anexos, que submetemos à apreciação da Excelentíssima Desembargadora MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior.

Almeirim, 22 de janeiro de 2014.

JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR
Juiz Auxiliar da Corregedoria

JOSÉ MAURO DE CARVALHO VIANNA
Assessor

CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO
Assessor

ALEXANDRE RODRIGUES RAMOS
Analista Judiciário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

CORREIÇÃO ORDINÁRIA NA COMARCA DE ALMEIRIM - 2014

CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL

A Serventia Extrajudicial está localizada na Rodovia Almeirim/Panaicá nº 547, bairro Centro – CEP 68.200-000, Fone: (93) 3737-1213 e 3737-1194 – CNPJ 05.118.013/0001-83, em instalações simples mas adequadas ao funcionamento dos serviços.

Encontra-se vaga, tendo como Oficial Interino LUCIANO AZEVEDO COSTA, nomeado através da Portaria nº 1948/2010-GP, de 17/08/2010 da Presidência do TJE/PA, até o seu provimento através de concurso público. Tem como Oficial Substituto Benedito Rodrigues de Almeida Filho.

Cartório único, com competência para Notas, Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, Registro Civil de Pessoas Naturais e Tabelionato de Protesto de Títulos.

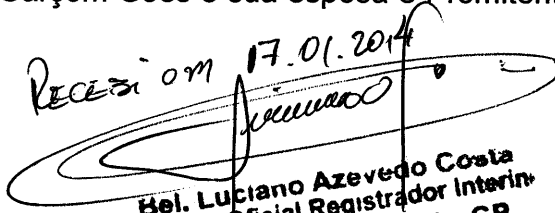
Tabela de emolumentos afixada em local adequado. Recolhe os 10% do FRJ. O último valor recolhido foi de R\$-2.697,85, referente ao mês de dezembro de 2013. Possui Livro Caixa.

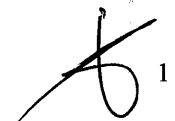
FORAM APRESENTADOS OS SEGUINTE LIVROS:

TABELIONATO DE NOTAS

LIVRO DE ESCRITURAS DE COMPRA E VENDA Nº 06 – Possui termos de abertura e encerramento datados de 10.11.2005. Usa folhas soltas, rubricadas e numeradas, com 300 páginas. Última escritura: 16.12.2013, fl. 194, Escritura de Compra e Venda de Imóvel, vendedor: Maria de Nazaré da Silva Mendes e comprador: Pierre Jacques Hernandez de Lanoy.

LIVRO DE ESCRITURAS DECLARATÓRIAS Nº 01 – Possui termos de abertura e encerramento datados de 19.10.2005. Usa folhas soltas, rubricadas e numeradas, com 300 páginas. Última escritura: 10.07.2013, fl. 24, Escritura de Promessa Compra e Venda de Imóvel com Confissão de Dívida, Promitente-vendedor: Pompeu Moyses Garçon Goes e sua esposa e Promitente-comprador: Edison Damião de Sousa.

Recebi em 17.01.2014

Bel. Luciano Azevedo Costa
Notário e Oficial Registrador Interim
Portaria Nº 1948/2010 - GP
CPF: 358 095.902 - 68

 1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

LIVRO DE TESTAMENTOS Nº 01 – Possui termos de abertura e encerramento datados de 25/02/2010. Usa folhas soltas, numeradas e rubricadas, com 300 páginas. Não há testamentos registrados.

LIVRO DE PROCURAÇÕES Nº 36 – Possui termos de abertura e encerramento datados de 17.02.2012. Usa folhas soltas, rubricadas e numeradas, com 300 páginas. Última procuração: 15.01.2014, fl. 226, outorgante: Ramodnil de Moura Santos e outorgado: Lindomar Vieira dos Santos.

LIVRO DE SUBSTABELECIMENTO DE PROCURAÇÕES Nº 01– Possui termos de abertura e encerramento datados de 17/09/2005. Usa folhas soltas, numeradas e rubricadas, com 300 páginas. Último substabelecimento: 05.06.2013, fl. 20, substabelecete: Agenor Martins Tenório e substabelecido: Ednéa Maria de Oliveira Fontes.

ARQUIVO DE PROCURAÇÕES ORIUNDAS DE OUTRAS SERVENTIAS – Possui.

LIVRO DE REGISTRO DE DOCUMENTOS – As cópias dos documentos são arquivadas em pasta.

LIVRO ÍNDICE (FICHÁRIO OU ASSEMELHADO) – Utiliza sistema informatizado.

REGISTRO DE IMÓVEIS

LIVRO 1 – PROTOCOLO Nº 1 - Possui termos de abertura e encerramento datados de 20.04.2007. Com encerramento diário. Folhas fixas, numeradas e rubricadas, com 300 páginas. Último registro: 14.01.2014, fl. 15-v, nº de ordem 317, Contrato de Abertura de Crédito Rural emitido por Ivanilda Sousa de Oliveira em favor do Banco do Brasil,S/A.

LIVRO 2 – REGISTRO GERAL (MATRÍCULA) Nº 2-B - Possui termos de abertura e de encerramento datados de 02.07.2012. Usa folhas soltas, numeradas e rubricadas, com 300 páginas. Última matrícula nº 310, fl. 89, em 26.11.2013, imóvel rural adquirido por Abelardo Quariguasil da Silva de Marina



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Nascimento de Sousa, em matrícula transferida do CRI da Comarca de Monte Alegre, protocolo nº 316.

LIVRO 3 – REGISTRO AUXILIAR Nº 3-B - Possui termos de abertura e encerramento datados de 11.11.2013. Folhas soltas, numeradas e rubricadas, com 300 páginas. Último registro: Último registro: 14.01.2014, fl. 10, nº de ordem 51, Contrato de Abertura de Crédito Rural emitido por Ivanilda Sousa de Oliveira em favor do Banco do Brasil,S/A, protocolo nº 317.

LIVRO 4 – INDICADOR REAL Nº 4 - Possui termos de abertura e encerramento datados de 17.09.2005. Folhas soltas, numeradas e rubricadas, com 300 páginas.

LIVRO 5 – INDICADOR PESSOAL Nº 5 - Possui termos de abertura e encerramento datados de 17.09.2005. Folhas soltas, numeradas e rubricadas, com 300 páginas.

LIVRO CADASTRO DE ESTRANGEIROS Nº 01– Possui termos de abertura e encerramento datados de 17/09/2005. Folhas fixas, numeradas e rubricadas, com 300 páginas. Não há registros no livro.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

LIVRO A – PROTOCOLO Nº A-01 – Possui termos de abertura e encerramento datados de 17/01/2007. Folhas fixas, numeradas e rubricadas, com 300 páginas. Com encerramento diário. Último registro: 23/12/2013, fl. 19-v, nº de ordem 360, Contrato de Financiamento entre FINEP e Jari Celulose,S/A.

LIVRO A – PROTOCOLO DE PESSOAS JURÍDICAS Nº A-01 – Possui termos de abertura e encerramento datados de 01/06/2007. Folhas fixas, numeradas e rubricadas, com 300 páginas. Com encerramento diário. Último registro: 05/12/2013, fl. 18, nº de ordem 294, Ata de Constituição e Fundação do CONSEG. O livro não é obrigatório, pois no Estado do Pará os serviços (Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas) são agregados no Cartório de Títulos e Documentos, nos termos do art. 2º, inciso II da Lei nº 6.015/73, razão pela qual, o protocolo pode ser único.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

LIVRO B – REGISTRO INTEGRAL Nº B-03 – Possui termos de abertura e encerramento datados de 17/08/2012. Folhas soltas, numeradas e rubricadas, com 300 páginas. Último registro: 23/12/2013, fl. 205/212, nº de ordem 360, Contrato de Financiamento entre FINEP e Jari Celulose,S/A.

LIVRO C – REGISTRO POR EXTRATO – Nº C-01 – Possui termos de abertura e encerramento datados de 03/07/2006. Folhas soltas, numeradas e rubricadas, com 300 páginas. Último registro: 03/07/2007, fl. 7, nº de ordem 018, Resumo da Ata de Assembleia Geral Extraordinária de alteração de endereço do COOPRAMIRIM, protocolo nº 18.

LIVRO D – INDICADOR PESSOAL – Utiliza sistema informatizado.

MATRÍCULA DE OFICINAS IMPRESSORAS, JORNAIS E PERIÓDICOS Nº B-1 – Possui termos de abertura e encerramento datados de 03/07/2006. Folhas fixas, numeradas e rubricadas, com 300 páginas. Não há registros no livro.

LIVRO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS Nº A-03 – Possui termos de abertura e encerramento datados de 11/07/2011. Folhas soltas, numeradas e rubricadas, com 300 páginas. Último registro: 05/12/2013, fls. 151-v/152, nº 294, Ata de Constituição e Fundação do CONSEG, protocolo nº 294.

TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS

LIVRO DE PROTOCOLO (APONTAMENTO) Nº 06 - Possui termos de abertura e encerramento datados de 12/06/2013. Folhas soltas, numeradas e rubricadas, com 300 páginas. Último apontamento: 13.01.2014, fl. 175, nº de ordem 12493, cheque emitido por F. J. de Brito Lima-ME, apresentado por New Look Construtora,Ltda-ME.

LIVRO DE PROTESTO Nº 48 – Possui termos de abertura e encerramento datados de 15/01/2014. Folhas soltas, numeradas e rubricadas, com 300 páginas. Último protesto: 15.01.2014, fl. 7-v, duplicata mercantil apresentante: BRADESCO,S/A, devedor: Zaire da Silva Ferreira, protocolo nº 12491.

LIVRO ESPECIAL PARA PROTESTOS FACULTATIVOS Nº 01 – Folhas soltas numeradas e rubricadas, com 300 folhas. Termos de abertura e encerramento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

datados de 10/09/2010. Não há registros. O livro em questão não mais é exigido pela legislação, pois a norma prevista na antiga Lei de Falências e Concordatas (art. 10 do Decreto-Lei nº 7.661/45) não foi reproduzida na atual Lei de Falências e Recuperação Judicial (Lei nº 11.101/2005).

LIVRO 4 – TOMBO (FICHÁRIO) – Utiliza sistema informatizado.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

LIVRO A – REGISTRO DE NASCIMENTO Nº A-61 – Folhas soltas, numeradas e rubricadas, contendo 300 páginas. Termos de abertura e encerramento datados de 16/08/2013. Último registro: 16/01/2014, fl. 170, nº de ordem 34.522, registrando: Yasmin Sousa dos Santos.

LIVRO B – REGISTRO DE CASAMENTO Nº B-07 – Folhas soltas, numeradas e rubricadas, contendo 300 páginas. Termos de abertura e encerramento datados de 20/12/2001. Último casamento em 06/01/2014, fl. 288, nº de ordem 1.553, nubentes: José Magalhães da Silva e Marcíria Lacerda de Abreu Neta.

LIVRO B AUXILIAR – CASAMENTO RELIGIOSO C/EFEITO CIVIL Nº B-A-02 – Folhas soltas, numeradas e rubricadas, contendo 300 páginas. Termos de abertura e encerramento datados de 08/10/2003. Último casamento em 25/09/2013, fl. 85, nº de ordem 385, nubentes: David de Lima Sadala e Arianna Nunes da Silva.

LIVRO C – REGISTRO DE ÓBITOS Nº C-13 - Folhas soltas, numeradas e rubricadas, contendo 300 páginas. Termos de abertura e encerramento datados de 19/04/2007. Último óbito em 15/01/2014, fl. 192-v, nº de ordem 3.267, falecido: Adimilson da Silva Fernandes.

LIVRO C – AUXILIAR – REGISTRO DE NATIMORTOS Nº C-A-01 – Folhas fixas, numeradas e rubricadas, contendo 100 páginas. Termos de abertura e encerramento datados de 01/11/1976. Último registro em 09/12/2013, fl. 74-v, nº de ordem 295, nascituro filho de Maria Barbosa do Amaral.

LIVRO D – REGISTRO DE PROCLAMAS Nº D-01 – Folhas soltas, numeradas e rubricadas, contendo 300 páginas. Termos de abertura e encerramento datados

5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

de 18/01/2006. Último proclama em 06/11/2013, fl. 65-v, nº de ordem 123, nubentes: José Magalhães da Silva e Marcíria Lacerda de Abreu Neta.

LIVRO E – EMANCIPAÇÕES, INTERDIÇÕES, AUSÊNCIAS E OUTROS (art. 33 § único e 104 da Lei n.º 6.015/73) – N.º E-01 – Folhas soltas, numeradas e rubricadas, contendo 300 páginas. Termos de abertura e encerramento datados de 08/06/2006. Último registro em 29/07/2013, fl. 50-v, sentença de interdição de João Quirino da Fonseca, objeto de mandado do Juiz de Direito da Comarca de Santarém.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

No serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas vem sendo utilizados dois livros de protocolos (um para títulos e documentos e outro para pessoas jurídicas), entretanto, no Estado do Pará os serviços (Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas) são agregados no Cartório de Títulos e Documentos, nos termos do art. 2º, inciso II da Lei nº 6.015/73, razão pela qual, o protocolo pode ser único.

Os diversos livros/índices podem ser substituídos pelos sistemas de fichas e/ou informatizado.

Almeirim, 17 de janeiro de 2014.


JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR
Juiz Corregedor